

**Violência na Família: a Necessidade de uma Abordagem Cultural**

A partir da influência pioneira das abordagens feministas, tornou-se quase incontornável reconhecer a influência das dimensões culturais da violência intra-familiar. No entanto, a produção científica nesse domínio tem sido escassa, sendo raros os estudos que identificam empiricamente os mitos e crenças culturais subjacentes à violência, a forma como estas dimensões influenciam o comportamento de ofensores e vítimas, ou o modo como as mudanças no contexto cultural podem afetar as taxas e formas de violência. De fato, a investigação sobre a violência intrafamiliar tem privilegiado a identificação da prevalência dos diferentes atos abusivos e o estudo exaustivo dos seus efeitos, a curto e longo prazo, em detrimento de outros temas.

Também no plano teórico, a dimensão cultural tem sido remetida para um plano periférico, já que, embora os aspectos culturais sejam quase sempre mencionados quando se discutem os fatores de risco para a violência, tal referência raramente ultrapassa um caráter genérico, centrando-se a discus-

são habitualmente nas dimensões de ordem pessoal e familiar facilitadoras do abuso.

Nesse contexto, torna-se importante destacar duas abordagens explicativas da violência que têm concedido maior atenção ao tema, nomeadamente os autores que enfatizam uma abordagem ecológica do fenómeno dos maus tratos e as perspectivas feministas. Assim, enquanto as primeiras destacam o contexto sociocultural dos maus tratos, focando a sua análise sobretudo nas dimensões do suporte social e da estrutura socioeconómica que facilitam a violência, as perspectivas feministas destacam a organização sociocultural patriarcal como estando na origem dos relacionamentos violentos.

Mais recentemente, contudo, vários autores têm reclamado a necessidade de maior atenção às questões culturais, enfatizando, entre outros aspectos, as dificuldades de definição e de avaliação dos maus tratos incrementadas pela variabilidade cultural, a hiper-representação dos grupos desfavorecidos e minoritários entre a população alvo de intervenção judicial (Abney, 2002) e a intersecção de gênero, classe e raça na experiência de marginalização e violência. Tal consciência tem também conduzido a um

---

\* Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto Enquadramento Cultural da Violência contra Mulheres e Crianças (2001), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III, com co-participação do Feder (Fundo Comunitário Europeu).

crescente número de autores preocupados com a competência cultural dos técnicos, isto é, com a necessidade de estes estarem preparados para entender, o melhor possível, a visão do mundo dos sujeitos com os quais lidam, adaptando as suas práticas às especificidades culturais (*Idem*). Atendamos, então, à forma como essas preocupações têm dado lugar a abordagens mais atentas à dimensão cultural da violência familiar.

### **Cultura e Violência Familiar: Modelos de Influência e Estudos Empíricos**

Levesque (2001) identifica cinco dimensões através das quais a cultura pode afetar a violência: a definição do que é ou não uma conduta abusiva, o estímulo ou não do relato dos maus tratos sofridos e a entidade junto da qual é buscado suporte, a forma pela qual as atitudes culturais estimulam, legitimam ou desculpabilizam o abuso, o impacto da violência experienciada, e o significado que lhe é atribuído, quer pela vítima quer pelo contexto social.

A análise dessas diferentes dimensões não tem sido igualmente abordada pelos estudos, e a maioria das investigações empíricas que tratam da dimensão cultural dos maus-tratos tem sobretudo tentado identificar os níveis e formas de violência experienciados em diferentes contextos sociais. Isso resulta numa literatura já significativa mas pouco sistemática sobre os níveis de maus-tratos familiares em vários países e as variáveis sociodemográficas que lhes estão associadas. Secundariamente, alguns estudos têm considerado as atitudes culturais dominantes em relação a essa forma de conduta, por vezes enfatizando a sua relação com os recursos legais ou estruturas de suporte para as vítimas. Como afirmam Machado e Dias (2007), o grau de

sensibilidade cultural desses estudos varia de forma substancial, desde aqueles que apenas replicam, em espaços geográficos diferentes, os modelos de investigação ocidentais, aos que tentam interpretar os seus resultados de prevalência no contexto cultural do estudo. Este é, por vezes, discutido a partir de pressupostos genéricos não estudados empiricamente (por exemplo, o coletivismo nos contextos asiáticos ou o machismo nas comunidades hispânicas), mas outros estudos analisam de forma mais detalhada as crenças e práticas culturais de grupos ou regiões específicas.

Assim, podemos, do nosso ponto de vista, agrupar os estudos culturais em três grandes categorias: (a) os estudos antropológicos ou etnográficos, quase sempre de natureza qualitativa e centrados em pequenas comunidades locais; (b) os estudos inter-étnicos, que comparam diferentes grupos étnicos que residem num mesmo contexto geográfico; e (c) os estudos que procuram obter indicadores sobre as taxas e atitudes quanto à violência em diferentes países e regiões do globo. Tais estudos e as categorias a que pertencem estão tabulados nos quadros 1, 2 e 3 a seguir.

O nosso objetivo neste artigo é apresentar uma revisão da investigação publicada no âmbito dessas três linhas de estudo, de forma a sistematizar conclusões e extrair orientações para futuros estudos e para a intervenção no foro da violência íntima. Essa revisão baseia-se numa pesquisa sistemática nas revistas publicadas entre 1985 e 2005 nas bases de dados *PsycARTICLES*, *PsycINFO1887*, *Sociology: A SAGE Full-Text Collection*, *EBSCO-HOST: Research Databases* e *IBSS – International Bibliography of the Social Science*, para além da análise, necessariamente menos exaustiva, dos livros e monografias publicadas no mesmo período.

## Estudos Antropológicos e Etnográficos

Como podemos ver no Quadro 1, é possível estabelecer, dentro dos estudos antropológicos, uma diferenciação adicional: as investigações de tipo correlacional (que procuram associar os níveis de violência documentados em diferentes contextos com as condições de vida aí experienciadas – cf. Levinson, 1989) e os estudos descritivos, centrados em comunidades específicas, tais como os de Hautzinger (2003), de Tang, Wong e Cheung (2002) ou de Counts, Brown e Campbell (1999).

Globalmente, esses estudos têm documentado a ampla disseminação do fenômeno da violência contra as mulheres – bem mais do que dos maus-tratos infantis –, havendo mesmo autores (Campbell, 1999) que o consideram uma variável universal.

Apesar da generalização do problema, os estudos mencionados identificam claramente diferentes perfis de vitimação: por exemplo, a distinção estabelecida entre *wife beating* (atos de agressão pontual de gravidade menor a moderada) e *wife battering* (agressão severa e recorrente, exercida num contexto de controle coercivo) no estudo de Counts, Brown e Campbell (1999). Por sua vez, Levinson (1989) distingue sociedades onde a agressão apenas é tolerada em situações de adultério, outras onde é aceita caso seja percebida como merecida (por exemplo, pelo não-cumprimento de deveres por parte da mulher) e, finalmente, grupos culturais onde a agressão conjugal é tolerada de modo indiferenciado. Segundo o autor, embora as primeiras situações sejam muito comuns, a tolerância indiscriminada da violência é substancialmente mais rara. Tais dados são corroborados pela afirmação de Campbell (1999) de que a maioria das culturas dispõe de algum tipo de norma reguladora da vio-

lência, estabelecendo parâmetros dentro dos quais ela é considerada aceitável e não suscita intervenção externa, mas permitindo interferência quando a agressão é claramente percebida como excessiva, perigosa ou imotivada.

Do ponto de vista dos fatores preditores dos maus-tratos, esses estudos têm relacionado a violência conjugal com o estatuto social inferior da mulher, a sua falta de recursos econômicos, o isolamento da mulher e a centralidade das alianças masculinas no tecido social. Por outro lado, os estudos antropológicos têm também valorizado a existência de fatores protetores contra a violência conjugal, como a visibilidade pública da atividade doméstica, a existência de sanções imediatas e percebidas como certas (que podem ir desde castigos legais à retaliação familiar ou à crença numa sanção divina), a disponibilidade de estruturas de apoio para as mulheres que queiram abandonar o casamento, e a existência de redes de solidariedade feminina (Campbell, 1999).

É, contudo, de salientar o papel ambivalente das relações entre mulheres, que podem ser fortemente protetoras (Levinson, 1989), mas também um estímulo e uma fonte de legitimação da violência. Tal é o caso, por exemplo, quando a hierarquia de gênero está associada a uma forte hierarquia etária e quando a cultura valoriza em extremo a subordinação e a castidade feminina, casos em que freqüentemente as mulheres mais velhas estimulam ou legitimam a violência contra as mais novas, quer para preservarem a sua aceitabilidade social (por exemplo, mutilação genital feminina por parte das mães para manterem o valor social das filhas), quer para reforçarem o estatuto pessoal e interesses familiares (exigência de dotes e de subordinação da noiva à sogra, associada a agressões no caso de não-cumprimento desses deveres) (Campbell, 1999).

**Quadro 1:**  
**Estudos Antropológicos e Etnográficos**

Comunidades/ Sociedades	Autores e data	Objetivos	Conclusões
90 sociedades camponesas de pequena dimensão	Levinson, 1989	Identificação do grau de disseminação da violência conjugal e normas culturais relativas à mesma	<p>A violência conjugal está presente em 84,5% das sociedades estudadas: ocorria em quase todos os casais em 18,8%, na maioria em 29,9%, numa minoria de casamentos em 37,8% e nunca ou raramente em 15,5%.</p> <p>Existência de normas reguladoras da violência:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– sociedades onde a agressão apenas é tolerada em situações de adultério, outras onde é aceita caso seja percebida como merecida (por exemplo, pelo não-cumprimento de deveres por parte da mulher) e, finalmente, grupos culturais onde a agressão conjugal é tolerada de modo indiferenciado. As primeiras situações são as mais comuns, sendo a tolerância indiscriminada da violência substancialmente mais rara.</li> </ul> <p>Quatro fatores culturais preditores da violência conjugal: (i) a desigualdade económica entre sexos, (ii) o recurso usual à violência como forma de resolução dos conflitos, (iii) a autoridade masculina em casa e (iv) a impossibilidade de divórcio.</p>
Brasil: Salvador, Bahia	Hautzinger, 2003	Análise da violência contra a mulher sob a perspectiva da masculinidade	<p>Diferenciação entre dois tipos de violência: a vitimação decorrente do domínio do homem e a vitimação por contestação, em que as mulheres confrontam os padrões masculinos de autoridade e recusam-se a submeter-se. A vitimação por dominação assenta numa relação de poder assimétrica, em favor do homem; a violência é crónica, unidirecional, sistemática e de maior severidade; os padrões patriarcais são mantidos, o estatuto de poder e domínio são assegurados. A vitimação por contestação assenta numa relação de poder inconsistente e relativamente mais equilibrada, em que há conflitos de objetivos, interesses, desejos e necessidades; a violência é mais aguda, esporádica e flutuante, menos severa e pode ser mútua; verifica-se o desafio dos valores patriarcais, as mudanças nos papéis sociais e de gênero e o conflito dentro dos modelos de masculinidade fortemente enraizados.</p> <p>A coexistência dos modelos de masculinidade assentes na dominância e poder do homem com as mudanças atuais dos papéis e relações de gênero explica a convivência das duas situações de vitimação.</p>

**Continua**

Comunidades/ Sociedades	Autores e data	Objetivos	Conclusões
China, Japão e Taiwan	Tang, Wong e Cheung, 2002	Análise da construção social da mulher como vítima legítima de violência	<p>A representação do homem como não tendo controle sob os impulsos e da mulher como objeto sexual e provocadora desses impulsos contribui para o uso e legitimação da violência contra a mulher.</p> <p>Crenças em torno do dever da obediência da mulher e das virtudes que esta deve possuir: a mulher deverá sacrificar-se de modo a preservar a harmonia familiar e a honra grupal.</p> <p>Neste quadro cultural, a violência é frequentemente percebida como um meio legítimo, ainda que indesejável, de disciplinar uma mulher que infringe essas prescrições culturais.</p>
Nova Zelândia (Samoa)	Crichton-Hill, 2001	Identificação dos valores culturais samoanos e sua relação com a violência conjugal	<p>A violência conjugal parece estar essencialmente relacionada com a progressiva nuclearização da família (quebra no controle social mas lato) e isolamento social das mulheres vitimizadas. Outras condições culturais, frequentemente mencionadas nos estudos conduzidos em contexto ocidental (exemplo, objetificação da mulher, crenças numa ordem natural com primazia masculina) não se verificam neste contexto.</p>
Estudo em 16 contextos culturais: Austrália (população aborígene); África (Nova Guiné, Botsuana), América do Sul (Equador, Belize), Ásia (Índia, Taiwan), Oriente Médio (Irã) e Ilhas Fiji	Counts, Brown e Campbell, 1999	Identificação dos níveis de violência e fatores culturais facilitadores em várias comunidades	<p>Distinção entre <i>wife beating</i> (agressões mais pontuais e de menor gravidade, existentes na grande maioria das sociedades), <i>wife battering</i> (atos severos e recorrentes de violência e controle masculino) e violência mútua no casal. Identificação do <i>battering</i> como quase exclusivamente dirigido contra as mulheres. Correlação entre níveis de <i>wife beating</i> e <i>wife battering</i>.</p> <p>Preditores da violência mais grave: ciúme sexual, definição da mulher como propriedade masculina,</p> <p>Protetores da violência: poder feminino fora da esfera doméstica, seja econômico ou mágico; sanções sociais contra a violência; refúgio para as mulheres vitimizadas; intervenção social ou da comunidade perante situações de abuso.</p>

## Estudos Interétnicos

Freqüentemente os dados nacionais de prevalência da violência conjugal são apresentados como um todo, esquecendo as variações regionais, de classe ou étnicas. O conhecimento disponível sobre esse fenômeno tem pois sido acusado de negligenciar a experiência das mulheres de grupos étnicos minoritários, negligência essa por vezes atribuída ao fato de as abordagens feministas, centradas predominantemente na questão de gênero, terem até há algum tempo controlado conceitualmente a investigação nesse domínio. Assim, autores como Kastirirangan, Krishnan e Riger, 2004, p. 319) acusam o feminismo de “forçar as mulheres a priorizar a sua identidade de gênero sobre a sua identidade racial ou étnica”.

Saraga (1996), por exemplo, é um autor que considera que essa relutância em investigar o tema também pode advir do fato de os investigadores recearem trazer a questão racial para a discussão da violência conjugal, com medo de alimentarem os preconceitos raciais existentes na sociedade norte-americana, que estereotipa as etnias minoritárias como violentas e perigosas, especialmente no que diz respeito aos homens negros.

Mais recentemente, contudo, alguns estudos têm começado a procurar diferenciar as taxas de violência familiar entre os diferentes grupos étnicos de um mesmo país, buscando estabelecer uma ligação desses indicadores com as tradições e práticas culturais específicas de cada grupo. A maioria desses estudos tem-se desenvolvido nos Estados Unidos, mas, como podemos ver no Quadro 2, não há, mesmo aí, estudos estatísticos de grande escala, que

permitam conhecer a real taxa de prevalência da violência conjugal nas diversas comunidades étnicas. A variedade de estudos que encontramos é grande, quer na dimensão das amostras, quer no seu perfil (normativas ou clínicas), quer ainda nos seus objetivos específicos. Para nós, o mais relevante, é assinalar que muitos desses estudos não são verdadeiramente interculturais – isto é, não estabelecem comparações entre grupos – mas apenas analisam um grupo étnico específico (Mehrotra, 1999; Gillum, 2002; Cortina, 2001). No entanto, pela informação que esses estudos acrescentam a um *corpus* teórico que tem vindo a ser construído com população majoritariamente caucasiana, consideramos a necessidade de inclui-los nesta revisão, a par dos estudos com um enfoque especificamente comparativo (Hall *et al.*, 2005; Malley-Morrison e Hines, 2004; El-Khoury *et al.*, 2004; Yoshioka, DiNoia e Ullah, 2001).

Como é observável pelo quadro, a prevalência da violência tende a ser maior nos grupos desfavorecidos, especialmente entre a população negra, e tal tem conduzido a um reforço da estereotipação desses grupos como violentos e do abuso doméstico como sendo parte de seu repertório cultural (Saraga, 1996). Esse estereótipo deve, contudo, ser relativizado, quer pela consciência do viés existente na identificação da violência nos grupos desfavorecidos e minoritários (muito mais sujeitos ao escrutínio das agências de controle social e menos capazes de se proteger contra intrusões externas), quer pela consciência da variabilidade de atitudes e práticas que podem co-existir num mesmo grupo social (cf. Kastirirangan, Krishnan e Riger, 2004; Malley-Morrison e Hines, 2004).

**Quadro 2:  
Estudos Interétnicos**

<b>País</b>	<b>Autores e data</b>	<b>Grupos étnicos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Conclusões</b>
EUA	Mehrotra, 1999	Mulheres ázio-indianas em grupos de apoio e mulheres ázio-indianas casadas	Avaliação da compreensão acerca do abuso e as estratégias que utilizam para lidar com situações abusivas	Reconhecimento da dimensão física, mental, verbal, emocional e econômica do abuso mas não do isolamento social a que são sujeitas. Os padrões relacionais normativos (o marido tem o poder de decisão e é esperado que a mulher use formas sutis e subterfúgios para poder ter algum controle) e as crenças (de que o confronto direto leva à recusa ou a retaliações) sustentam o evitamento do confronto direto com o perpetrador e as mulheres a não procurarem ajuda.
EUA	Yoshihama, 2000	Mulheres descendentes de japoneses vivendo nos EUA	Avaliação da influência de fatores socioculturais nas respostas das mulheres à violência conjugal (sua resistência e vulnerabilidade)	Existência de valores e normas partilhadas que intensificam o impacto negativo da violência (a tolerância, o evitamento do conflito e a indiferença à dominância masculina diminuem a capacidade de a mulher perceber os companheiros como abusivos e, mesmo quando o reconhecem, há uma forte pressão para não confrontar o perpetrador e não pedir ajuda). O fato de serem uma minoria étnica cria reservas em pedir ajuda externa, para preservar a reputação da comunidade.
EUA	Yoshioka, DiNoia e Ullah, 2001	Chineses, coreanos, vietnamitas e cambojanos vivendo nos Estados Unidos	Avaliação das atitudes relativas à violência contra a mulher	A visão monolítica da cultura asiática é posta em causa, havendo diferenças culturais nas atitudes desses subgrupos relativamente à violência contra a mulher: Os grupos do sudeste asiático (vietnamitas e cambojanos) manifestam mais atitudes que sustentam o privilégio do homem, o uso da violência e resistência ao fato de a mulher sair de casa ou ao divórcio das mulheres agredidas, em comparação com os do leste asiático (chineses e coreanos). Os coreanos são os que manifestam menos atitudes de suporte da violência, mesmo em situações específicas.
EUA	Yoshihama e Horrocks, 2002	Mulheres nipônicas americanas	Análise da relação entre os sintomas de estresse pós-traumático e a percepção de vitimação	Mulheres com experiência de vitimação no passado (injúrias ou ameaças à vida), associadas à violência física e emocional por parte do companheiro, apresentam mais sintomas de DSPT (doenças derivadas de estresse pós-traumático) comparativamente com as mulheres que não sofreram esse tipo de experiência.

Continua

País	Autores e data	Grupos étnicos	Objetivos	Conclusões
EUA	Markowitz, 2001	Amostra representativa da população americana – inclui um grupo de “não-brancos” (maioria porto-riquenhos)	Avaliação das atitudes relativas à violência conjugal	Os “não-brancos” têm uma atitude mais favorável ao uso da violência contra a mulher, mas relatam menores índices de violência.
EUA	Gillum, 2002	Mulheres descendentes de japoneses vivendo nos EUA	Homens afro-americanos	Relação entre o tipo de estereótipos femininos e a legitimação do uso da violência – o estereótipo da “sedutora/meretriz” é o mais fortemente relacionado com a legitimação. Prevalência do estereótipo patriarcal/dominador, que é também legitimador da violência.
EUA	El-Khoury, Dutton, Goodman, Belamiric e Murphy, 2004	Mulheres caucasianas e afro-americanas	Avaliação das diferenças no uso dos serviços de saúde geral, dos serviços de saúde mental e o papel da espiritualidade nas vítimas de violência	A espiritualidade assume especial importância nas mulheres afro-americanas, sendo a reza uma das estratégias de coping mais usadas e valorizadas perante a violência. Tal é acompanhado por uma diminuição no recurso à ajuda externa.



País	Autores e data	Grupos étnicos	Objetivos	Conclusões
EUA	Malley-Morrison e Hines, 2004	Índios americanos, afro-americanos, hispânicos/latinos e asiático-americanos	Análise do impacto de fatores socioculturais nos índices de violência desses grupos étnicos	Elevados níveis de violência conjugal entre as minorias étnicas; associação da violência com os níveis de pobreza e exclusão desses grupos. Fatores culturais específicos facilitadores da violência: – na comunidade negra: desconfiança em face da cultura dominante (especificamente da polícia), familismo (preservação da família e proteção contra intrusões externas); – na comunidade latina: marianismo, fatalismo e forte catolicismo; – na comunidade asiática: coletivismo, evitamento do conflito, evitamento da vergonha, fatalismo.
EUA	Kim e Zane, 2004	Homens coreanos-americanos e europeus-americanos	Avaliação das variações étnicas e culturais na regulação da raiva e de padrões de vinculação e sua influência na violência física conjugal	Diferenças culturais e étnicas na regulação das emoções e nos padrões de vinculação: – os coreanos apresentam maiores níveis de raiva, menos comportamentos de controle e maiores índices de violência; – a adesão aos papéis tradicionais de gênero poder explicar esses resultados.
EUA	Berkelel <i>et al.</i> , 2005	Adolescentes afro-americanos	Avaliação das crenças acerca do abuso masculino nas relações íntimas	Não percebem a violência sexual como forma de abuso no namoro; partilham atribuições causais intra-indivíduos; há elevada tolerância ao abuso verbal. As jovens mostram dificuldade em acabar as relações abusivas devido à crença de que há poucos homens de raça negra disponíveis para casar. Fontes de suporte: a fé e o apoio da igreja à qual pertence.

No entanto, é evidente a exacerbação do impacto da violência nas comunidades minoritárias – especialmente se estiverem em situação de emigração –, seja pelo desconhecimento da língua, seja pelo afastamento da família e da comunidade, ou ainda pela falta de acesso a trabalho qualificado, pela própria instabilidade legal, pelas experiências prévias no próprio país de origem, e pelos recursos reduzidos que encontram no país anfitrião. Acrescente-se a isso que as mulheres negras encontram frequentemente respostas discriminatórias quer das agências oficiais de realojamento quer dos próprios movimentos feministas, traduzidas em menor apoio econômico, residencial e jurídico (Dallos e McLaughlin, 1993).

Esses fatores podem também, obviamente, constituir condições favoráveis à emergência da violência, na medida em que aumentam as dificuldades cotidianas experienciadas pelos sujeitos de etnias minoritárias e, como tal, o seu grau de estresse. Isso significa que o maior nível de violência desses grupos, embora eventualmente associado a fatores culturais específicos (por exemplo, inconsistência entre as novas condições de vida e as tradições culturais enraizadas, tal como o homem perder o papel de ganha-pão e ser a mulher a sustentar a família), poderá também ser explicado pelas suas condições estruturais de vida, assim como pelo racismo e marginalização social a que são votados. De forma paradoxal, esse racismo poderá favorecer a criação de mecanismos de coligação étnica em detrimento dos interesses individuais ou de gênero, levando as mulheres a não denunciar situações de abuso pelo receio de reforçar os estereótipos que pesam sobre os homens do seu

grupo étnico (Kastirirangan, Krishnan e Riger, 2004).

### **Estudos de Prevalência em Diferentes Contextos Geográficos**

As dificuldades na definição de violência, os diferentes intervalos temporais considerados nos estudos (últimos seis meses, último ano, vitimação ao longo da vida), o viés de amostragem (sobre-representação da população desfavorecida ou com queixa clínica) e o recurso a diferentes estratégias de inquérito (auto-relatos de ofensas, auto-relatos de vitimação, relatos de profissionais ou de figuras significativas da comunidade, relatos retrospectivos) têm conduzido a uma situação algo paradoxal, em que a proliferação de estudos de prevalência é acompanhada por alguma dificuldade em delimitar a amplitude da violência no seio da família. Essa situação afeta tanto a investigação conduzida em contexto ocidental como a que, sobretudo desde a década de 1980, começou a ser publicada sobre outras zonas do mundo, ainda que a generalidade dos estudos pareça convergir no sentido de confirmar a elevada prevalência e disseminação desse fenômeno.

Apresentamos a seguir uma revisão de estudos sobre a prevalência da violência conjugal, conduzidos em vários contextos culturais, incluindo aqueles que – mesmo sem fornecerem indicadores estatísticos – procuram elucidar as dimensões culturais favorecedoras do fenômeno. Como podemos ver no Quadro 3, a grande maioria desses estudos não possui um caráter verdadeiramente intercultural, restringindo o seu âmbito a um único contexto geográfico ou país, mas, no seu conjunto, consideramos que contribuem para construir uma visão intercultural do fenômeno.

Como podemos verificar no Quadro 3, a violência contra a mulher no contexto conjugal é presente em todos os países e culturas, ainda que seja difícil estabelecer uma verdadeira análise comparativa do fenômeno. Para além dos diferentes instrumentos e metodologias utilizadas, as próprias formas de violência avaliadas variam de estudo para estudo e nem todos distinguem as várias formas de violência (a maioria enfatiza a violência física e noutros não é possível discriminar a agressão física, psicológica, sexual, social e econômica). Por outro lado, o período de vitimação considerado influencia também as taxas de prevalência e impede a sua comparação, já que alguns estudos se referem à violência ocorrida no último ano, enquanto outros focam a violência ao longo da vida (outros ainda não especificam o período temporal considerado). Uma dificuldade adicional prende-se à variação nos critérios de seleção das amostras, que podem ir desde o nível nacional até amostras locais ou clínicas. Ainda no plano amostral, há estudos que focam as mulheres casadas ou que vivem maritalmente e outros as que, mesmo sem terem um companheiro atual, já foram alguma vez casadas, havendo também variações consideráveis nas faixas etárias inquiridas. A própria metodologia diverge substancialmente, desde o recurso a inquérito até a estudos de foro qualitativo.

Apesar das limitações apontadas, é incontornável a conclusão de que a violência contra a mulher no contexto íntimo é um problema mundial, ainda que sejam notórias as variações nas taxas de prevalência da violência entre os vários países. Para além de outros fatores sociais explicativos, parece haver fatores culturais específicos que influenciam a interação entre o gênero e a estrutura política, social, religiosa e familiar, com impacto na dimensão e formas que a violência pode assumir (Walker, 1999). Um

exemplo claro dessa interação específica e correspondente emergência de formas de violência prototípicas de um determinado contexto cultural são os “*bride-burnings*”.

As variações encontradas podem também remeter para a relação entre a violência, a percepção dos direitos da mulher e o seu estatuto social, já que os dados sugerem que a violência – ainda que subsista – tende a ser menor nos contextos sociais onde há maior igualdade de gênero.

### **Para uma Análise Integrativa dos Estudos Interculturais**

Uma primeira conclusão a retirar dessa revisão da literatura refere-se à dificuldade em definir e partilhar significados relativamente àquilo de que falamos quando o assunto é violência. Na maioria das culturas não-ocidentais, a violência é percebida do ponto de vista da agressão física, não se levando em conta a violência verbal, emocional, econômica e sexual. Por outro lado, mesmo nos países ocidentais e dentro dos vários tipos de violência, não há um limiar definido ou critérios que distingam o que é ou não considerado um comportamento abusivo, dependendo da especificidade do contexto sociocultural, regional, de classe e até situacional.

Uma segunda conclusão possível, já abordada anteriormente, prende-se à dificuldade – não obstante os números demonstrados – de extrair inferências sólidas quanto aos níveis de violência contra a mulher existentes nos diferentes contextos culturais mencionados. Efetivamente e com frequência, os estudos citam taxas gerais de violência sem diferenciação da sua severidade ou repetição. Alguns deles distinguem a vitimação ao longo da vida da que é recebida no presente, enquanto outros apenas se cen-

tram numa dessas dimensões ou são omissos nessa matéria. Torna-se, pois, impossível estabelecer reais comparações e exprimir mais do que alguma surpresa em face dos elevadíssimos níveis de violência identificados em alguns contextos, assim como a reserva que nos merecem os números claramente “conservadores” obtidos noutros – por exemplo, a prevalência referida para a Índia, de 22%, é inferior à indicada para Espanha (32%).

Ainda assim, e se assumirmos, como parece claro, que os estudos tenderão sobretudo para a subestimação da violência, uma terceira conclusão parece óbvia: a ampla disseminação da violência contra as mulheres em todas as sociedades estudadas, à exceção de algumas comunidades rurais e pré-industriais abordadas pelos estudos antropológicos. Esses indicadores parecem sugerir que a elevação no estatuto da mulher, maior igualdade e autonomia comparativa, assim como o aumento dos níveis de vida e diminuição da conflitualidade social – situação que caracteriza a maioria dos países europeus – são incapazes de dar fim ou de controlarem de forma significativa tal violência.

É certo – e essa constitui a nossa quarta conclusão possível – que em praticamente todos os países ou comunidades estudadas, mesmo nos contextos mais favorecidos, se verificam desigualdades sociais na distribuição do poder e dos recursos e concepções hierárquicas da vida familiar. Como afirma Brownridge (2002), o patriarcado é um *continuum* e não uma forma de organização cultural estática que se possa afirmar que está ou não presente. Essa constatação, a par da verificação (emergente dos estudos antropológicos e que nos parece corroborada pela restante investigação analisada) de que a violência contra a mulher é maior onde há mais desigualdade econômica, mais autoridade mas-

culina, menos poder da mulher e menos possibilidade de divórcio, levou Campbell (1999) a considerar a leitura feminista da violência conjugal globalmente validada pelos estudos interculturais. Tal interpretação parece-nos também corroborada pela verificação de que nos países mais pacificados e onde o estatuto das mulheres é superior parece haver menores níveis de violência do que noutros contextos culturais, claramente mais adversos, sendo certo também que é naqueles que se parece verificar maior modificação nas atitudes culturais acerca da violência.

É, contudo, claro, e essa é a última idéia que gostaríamos de destacar, que as alterações culturais não se confinam aos países ocidentais, e que esforços significativos, promovidos por organizações de mulheres, pelos governos e por agências internacionais (como ONU e Anistia Internacional) estão a conduzir para alterações significativas, tanto no plano legislativo como nas respostas dadas às mulheres vítimas de violência. Vários dos estudos citados no Quadro 3 nos remetem à emergência dessas alterações culturais, em contextos tão diferentes como a África do Sul (Fourie, 1999), o Egito (Dawla, 2000) ou a China e Taiwan (Tang, Wong e Cheung, 2002). Ainda que exista discrepância entre o plano legislativo e a dimensão da sua aplicação – um recente relatório da ONU mostra que 99 países têm legislação orientada para o combate à violência de gênero, mas que em apenas 21 deles essas leis são plenamente aplicadas (UNFPA, 2004) – estas alterações legislativas virão, inevitavelmente, a traduzir-se em mudanças de práticas e de mentalidades.

Enfatizando a necessidade de tais mudanças, esta revisão permite-nos apontar duas necessidades centrais na redução da violência contra a mulher em nível mundial:

**Quadro 3:  
Estudos Nacionais de Prevalência/ Atitudinais**

País	Estudos: autores e data	Prevalência	Crenças culturais
América do Norte			
EUA	Estudo nacional, 1995/96 (cit. <i>in</i> WHO, World Health Organization, 2002)	22,2% das mulheres agredidas fisicamente	—
	Inquérito Nacional de Vitimização Criminal, 1999	0,6% das mulheres vitimizadas	—
	<i>Conflict Tactics Scale</i> , 1990-92 (cit. <i>in</i> Malley-Morrison & Hines, 2004)	17,4% das mulheres vitimizadas	—
	NVAWS – Inquérito Nacional de Violência Contra as Mulheres (cit. <i>in</i> Malley-Morrison & Hines, 2004)	25,5% das mulheres vítimas de agressão física ao longo da vida	—
	Yllo e Strauss, 1990 (cit. <i>in</i> Brownridge, 2002)	—	Yllo e Strauss encontraram, num estudo das diferenças entre os vários estados americanos, uma relação significativa entre a violência contra as mulheres e o nível de apoio à dominância doméstica masculina.

Canadá	Estudo nacional, 1991/92 (cit. <i>in</i> WHO, 2002) Brownridge, 2002	29% das mulheres sempre foram alvo de violência física  Comparação das taxas de vitimação feminina no Quebec (13%) com o resto do Canadá (24%)	—  Brownridge conclui que essas diferenças nas taxas de vitimação feminina estão associadas a um menor apoio de atitudes patriarcais naquela comunidade (Quebec).
<b>África</b>			
Egito	Diop-Sibidé, Campbell e Becker, 2006  Dawla, 2000	34% das mulheres sempre foram alvo de violência física  —	Legitimação e aceitação da violência no casamento.  Código de valores de castidade: declaração pública do teste do sangue no lençol como sinal da pureza sexual da mulher. Corpo da mulher como propriedade social, subjugado às normas de castidade e pureza; valorização, obrigação e coerção para a maternidade (concepção de filhos rapazes). Mutilação genital feminina amplamente aceita. Casamento e maternidade das mulheres em idade pré-púbere (9 anos).
	Estudo nacional 1998 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)  Estudo nacional 1991/92 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	13% das mulheres sempre foram alvo de violência física  34% das mulheres sempre foram alvo de violência física	—  —

Continuação

África do Sul	Jewkes, Levin e Penn-Kekana, 2002 (3 províncias)	30% das mulheres sempre foram alvo de violência física e 30% foram-no no ano anterior ao estudo	Ampla tolerância da violência – dentro de determinados limites de severidade, as pessoas consideram esse tipo de comportamento normal. Crenças femininas: a mulher deve obedecer ao marido, deve dar-lhe o dinheiro, o homem é que toma a decisão final nos assuntos da família, a mulher precisa da permissão do marido para trabalhar, nada podem fazer para que o marido não tenha outras mulheres e, se a mulher faz algo de errado, o homem tem o direito de a castigar.
Gana	Estudo Nacional, 1998 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	13% das mulheres sempre foram alvo de violência física	–
	Amoakohene, 2004	70% das mulheres já sofreram alguma forma de abuso; 60% agressão física; 35% agressão psicológica; 10% restrição econômica	Valor da “privacidade”, evitamento da instabilidade ou desagregação da família. A violência sexual não é percebida como abuso, a mulher tem de estar ao dispor do marido.
	Ofei-Aboagye, 1994	–	A violência é aceita como uma forma esperada de disciplina, só sendo problematizada quando ultrapassa determinados limites.
Etiópia	WHO, 2002	45% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	–
Quênia	WHO, 2002	42% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	–
Nigéria	WHO, 2002	31% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	–

Zimbábue	WHO, 2002	17% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	-
<b>Ásia e Pacífico Ocidental</b>			
Japão	Kozu, 1999	77% das mulheres já sofreram algum tipo de abuso (sexual, físico, emocional)	<p>Estrutura familiar patriarcal: são prescritos papéis hierárquicos específicos e as expectativas quanto aos papéis de gênero tradicionais regulam a família (quando a mulher casa, esta passa a ser "absorvida" pela família do marido, assumindo o seu papel de esposa, prestadora de cuidados aos pais do marido, prescindindo de si própria e dos seus desejos; quer a mulher como as crianças possuem inerentemente um estatuto inferior na família).</p> <p>Evitamento de conflito de forma a manter a harmonia familiar, o que leva à aceitação e submissão da mulher à violência; a violência doméstica é um "segredo de família" e motivo de vergonha; o divórcio é considerado desviante e vergonhoso. A castidade e virgindade das mulheres são tidas como valores fundamentais e, para a mulher, os atos sexuais estão associados a vergonha e constrangimento.</p>



Continuação

Taiwan	<p>Hou, Wang e Chung, 2004 (amostra clínica)</p> <p>Sondagens de 1995 (cit. <i>in</i> Liu, 1999).</p>	<p>97% das vítimas são mulheres 82,6% em risco médio a perigo de vida</p> <p>Prevalência pouco clara: uma sondagem de 1995 sugere 12% de prevalência de vitimação conjugal feminina e outra aponta para 35%</p>	<p>As mulheres tendem a perceber a violência doméstica como um assunto privado, nomeadamente devido à pressão social e psicológica que sentem para não revelar o problema. As mulheres abusadas têm medo de ser ridicularizadas ou de ser alvo de maiores represálias e violência em face do contexto social em que estão inseridas.</p>
Coreia	<p>Estudo de 1998 e sondagem de 2000 (cit. <i>in</i> Jang e Kim, 1999)</p> <p>Estudo nacional, 1989 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)</p>	<p>Prevalência de vitimação feminina pouco clara: um estudo de 1998 estima 5,6% mas uma sondagem de 2000 situa o número nos 28%</p> <p>12% a 38% das mulheres são alvo de violência física</p>	<p>—</p>
Filipinas	<p>1998 – cidade de Cagayan de Oro e Província de Bukidnon (cit. <i>in</i> WHO, 2002)</p> <p>Estudo nacional, 1993 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)</p>	<p>26% das mulheres sempre foram alvo de violência física</p> <p>10% das mulheres sempre foram alvo de violência física</p>	<p>—</p>

		Continuação	
Bangladesh	Chawla, 1999  Nazneen, 1998  Estudo nacional, 1992 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)  Fauveau e Blanchet, 1989 (cit. <i>in</i> Rao, 1997)	-  -  47% das mulheres alvo de violência física (não específica o período temporal)  7% das mortes das mulheres entre os 15 e os 44 anos devem-se a suicídio ou homicídio	“Mercado” do casamento – a questão do dote e o fracasso em cumprir as exigências estabelecidas pela família do marido são causas frequentes da violência, num contexto em que os jovens casais residem junto dos pais do noivo e em que o pai do marido continua a ser o chefe da família, com a sogra a ter poder direto sobre a nora, inclusive o de a disciplinar.  A infertilidade é uma área central de conflito; a maternidade traz maior tolerância e apoio familiar à mulher.
Camboja	1996 – 6 regiões (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	16% das mulheres são alvo de violência física (não específica o período temporal)	-
Nova Guiné	Estudo nacional nas zonas rurais, 1982 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	67% das mulheres são alvo de violência física (não específica o período temporal)	-
Taiândia	WHO, 2002	20% das mulheres são atualmente alvo de violência física	-

Continua

Continuação

Índia	Rao, 1997 Karkal, 1985 (cit. in Rao, 1997)	22% das mulheres são alvo de violência física (não específica o período temporal)  Em Bombaim, 25% das mortes das mulheres entre os 15 e os 30 anos é devida ao "dote" de casamento	"Mercado" do casamento e "dote" – quando o dote não é o esperado, a família do marido usa a violência contra a jovem esposa no sentido de conseguir mais valores por parte dos seus pais; mesmo na presença de maus tratos físicos graves, as mulheres tendem a não sair de casa ou a pedir o divórcio porque o pagamento do dote não é devolvido, não tendo oportunidade de obter autonomia financeira. Os pais da noiva não podem interferir nos problemas do casamento. O casamento não é uma escolha pessoal mas ditado pelas normas sociais e preferências dos pais.
-------	---	---	---

América Latina e Caribe			
Brasil	Morais e Reichenheim, 2002 (Serviços de Saúde do Rio de Janeiro)	58,1% das mulheres grávidas que procuram os serviços de saúde são alvo de violência de menor gravidade e 32,3% de violência grave	A violência doméstica, incluindo a violência e assédio sexual, é um fenômeno freqüente. É legitimada pelo não-cumprimento dos papéis de gênero tradicionais: se o homem provê o sustento da casa, é esperado que a mulher seja fiel, cuide dos filhos e mantenha a casa arrumada. Caso não cumpra com as suas obrigações, o homem considera que tem o direito à violência. Contudo, as mulheres têm simultaneamente um papel de vítimas e de perpetradoras dessa situação na intimidade.
	Diniz, Bispo, Rodrigues, Gomes e Menezes, 2001 (cit. <i>in</i> Souza Santos, 2004)	74% das mulheres que vão às urgências é por lesões causadas por violência doméstica (34% pelo companheiro; 26,2% pelos ex-companheiros; 10,8% por namorados ou ex-namorados)	
	Barker e Loewenstein, 1997		A violência é vista em certos meios (por exemplo, nas favelas) como forma aceitável de resolução de conflitos; a violência masculina é vista como sendo incontrolável e socialmente aceitável.
Haiti	CHREPROF, 1996 (cit. <i>in</i> Gage, 2005)	7 em cada dez mulheres são vítimas de violência e 37% destas são vítimas de abuso sexual	A violência é legitimada como penalização do mau comportamento da mulher (extrovertida, extravagante, desobediente ou adúltera). Fatores históricos alimentam o recurso à violência, nomeadamente sexual, para obter subordinação política e de gênero, tal como ocorria no anterior regime fascista.

Continuação

Colômbia	Pallitto e O'Campo, 2005  Estudo nacional, 1995 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	36,5% das mulheres são vítimas de violência física; 8,5% de abuso sexual; 37,7% de abuso sexual e violência física (não específica o período temporal)  21% a 28% das mulheres são vítimas de violência física (não específica o período temporal)	A violência é empregue como mecanismo de controle sobre a autonomia da mulher e como forma de contrariar as mudanças que presentemente estão a ocorrer nas relações de gênero.
Chile	Larrain, 1994 (cit. <i>in</i> McWhirter, 1999)	1 em cada 4 mulheres sofre agressão física; 1 em cada três é vítima de violência física ou emocional ao longo de toda a relação	Legitimação da violência contra a mulher como prática normal na cultura chilena. A violência é ainda percebida como uma manifestação e prova de amor (Cáceres, 1993, cit. <i>in</i> McWhirter, 1999). As mulheres tendem a aceitar a violência porque o seu papel e valor são definidos com base na sua contribuição para o bem-estar e serviço ao outro (Sharim, 1991, cit. <i>in</i> McWhirter, 1999). Há fatores históricos e políticos que contribuem para essa legitimação (durante a ditadura, as mulheres e crianças eram torturadas como forma de retaliação e punição contra os "resistentes" ou "subversivos"), com efeitos atuais na família chilena – a violência permanece associada à noção de autoridade, tendo sido acomodada pela cultura familiar (Bunster, 1986; Larrain, 1994, cit. <i>in</i> McWhirter, 1999). As leis relativas à punição dos agressores de mulheres e crianças têm muitas limitações, sendo os mecanismos ineficazes para a sua aplicação.
Paraguai	Estudo nacional, 1995/96 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	10% das mulheres vítimas de violência física ao longo de toda a relação	–

Antilhas	Estudo nacional, 1990 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	30% das mulheres vítimas de violência física (não especifica o período temporal)	—
Barbados	Estudo nacional, 1990 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	30% das mulheres vítimas de violência física (não especifica o período temporal)	—
Nicarágua	Ellsberg, Caldera, Herrera, Winkvist e Kullgren, 1999	52% alvo de violência física pelo menos uma vez e 27% no último ano	O uso da violência contra a mulher com o propósito de a castigar ou “corrigir” é fortemente aceito e muitas mulheres a percebem como fazendo parte de suas expectativas de vida. Há forte subordinação econômica, legal, social e familiar da mulher.
<b>Médio Oriente</b>	Estudo nacional, (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	28% sempre foram vítimas de violência física	—
Israel	Pagovich, 2004  Haj-Yahia, 2001 (adolescentes árabes residentes em Israel)	4 a 5% de vitimação feminina no ano anterior; 11% ao longo da vida  9% já assistiram à violência verbal interpaparental; 17% a ameaças e violência física; 9% a violência física severa	Maior cultura de direitos na comunidade judaica e menores níveis de vitimação nesse grupo – por exemplo, muito mais mulheres judias pedem divórcio quando maltratadas do que acontece entre as mulheres árabes.

Continuação

<p>Palestina</p>	<p>Haj-Yahia, 2002 (Segundo Inquérito Nacional)</p> <p>Hay-Yahia, 1999 (Primeiro Inquérito Nacional)</p>	<p>16% a 73% das mulheres relatam vitimização psicológica pelo menos uma vez; 7% a 37% relatam vitimização física; 30 a 33% relatam ter sido vítimas de abuso sexual; e 19 a 40% relatam vitimização econômica (no último ano)</p> <p>19% a 74% das mulheres relatam vitimização psicológica, pelo menos uma vez; 8% a 34% relatam vitimização física; 27 a 31% relatam ter sido vítimas de abuso sexual; e 24 a 41% relatam vitimização econômica (no último ano)</p>	<p>Valores familiares: suporte mútuo, interdependência, harmonia, coesão familiar, coletivismo e sacrifício pessoal em benefício da família. Crença de que os problemas familiares são privados e que não pode haver envolvimento de outras pessoas, para preservar a honra e bom nome da família. Embora a mulher nos últimos anos tenha conseguido alguns direitos, o homem continua a assumir o poder; na família, é esperado que as mulheres e as crianças obedecem às regras do homem, o respeitem e cumpram as suas exigências. A violência é aceita e justificada quando a mulher não vai ao encontro das expectativas tradicionais, sendo culpabilizada pelo sucedido; é esperado que a mulher compreenda o comportamento abusivo do marido, dando-lhe suporte e obedecendo-lhe, na tentativa de manter o bom nome da família. Ainda que a família de origem da mulher lhe dê apoio, é apenas temporário e condicional – dado que a situação põe em causa a educação que deram à filha. O divórcio não é visto como alternativa, tendo a mulher que sacrificar-se para garantir a unidade e continuidade da família</p>
<p>Irã</p>	<p>Hegland, 1999</p>	<p>–</p>	<p>A violência conjugal é comum, sobretudo quando as mulheres infringem os parâmetros do sistema hierárquico familiar, que determina que a autoridade é exercida em função do género e idade. Papel-chave das mulheres mais velhas, especificamente as sogras, na determinação dos níveis de agressão recebidos pelas jovens esposas. As mulheres ganham algum poder com a maternidade, alcançando um maior estatuto intrafamiliar e exercendo a sua influência através do domínio dos filhos. A par da maternidade, a obediência aos parâmetros de conduta estabelecidos é também determinante do estatuto atribuído à mulher e do grau de violência por ela sofrido.</p>

Continua

<p><b>Europa</b></p>	<p>Rússia</p>	<p>Bodrova e David, 2001 (cit. <i>in</i> Zakirova, 2005)                  Inquérito familiar, 1999 (cit. <i>in</i> Zakirova, 2005)                  Human Rights Watch Report, 1997 (cit. <i>in</i> Horne, 1999)</p>	<p>1/5 das mulheres é vítima de violência (não especifica o período temporal)                  50% das famílias experimentam violência perpetrada pelo homem (não especifica período temporal)                  14 mil são assassinadas por ano pelos companheiros</p>	<p>Os homens acusados muitas vezes recebem compreensão por parte dos polícias</p> <p>O estereótipo das mulheres russas, fortes e matriarcas, implica a idéia de acumular responsabilidades: trabalhar o tempo todo, ter responsabilidade total nas tarefas domésticas, no cuidado dos filhos e tolerar os maridos abusivos ou alcoólicos. Há uma valorização do casamento, através da crença de que é melhor ter uma má relação com o marido do que não ter marido. Assim, a maioria das mulheres não se percebem como vítimas de violência e discriminação, em face da sua socialização no âmbito dos papéis de gênero tradicionais. A violência doméstica é culturalmente banalizada, minimizada e ridicularizada. Não existe linguagem para descrever a experiência de ser vítima de violência conjugal: a palavra "batida" (em português de Portugal; no Brasil, "espancada") não existe em Russo e a palavra "violação" raramente é utilizada em público. A polícia continua a tratar o fenómeno como sendo algo privado e as próprias leis são insuficientes; as mulheres desconhecem o direito a uma investigação formal e, mesmo as que o conhecem, raramente chegam a tribunal devido a dificuldades processuais.</p> <p>A mulher tende a ser percebida como propriedade do marido e os seus direitos são ainda largamente negligenciados. Os homens acreditam no seu direito de bater nas mulheres, caso estas infringam a sua autoridade (desobedecer, elevar a voz, fazer o que lhe apetece) e uma percentagem substancial de mulheres – cerca de 43% – partilha tal opinião.</p>
<p>Turquia</p>	<p>PIAR, 1992, estudo local (cit. <i>in</i> Yalçinkaya, 1999)                  AAK, 1995, sondagem nacional (cit. <i>in</i> Yalçinkaya, 1999)</p>	<p>22% das mulheres é alvo de violência física (não especifica o período temporal)                  30% das mulheres é alvo de violência física (não especifica o período temporal)</p>	<p></p>	

Continua



Continuação

República Moldava	Estudo nacional, 1997 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	14% das mulheres sempre foram alvo de violência física	-
Polónia	Estudo de 1993 (cit. <i>in</i> Kwiatkowska, 1998)	6% da mulheres são espancadas regularmente e 8% são alvo de agressões esporádicas	-
Países Baixos	Estudo nacional, 1986 (WHO, 2002)	21% das mulheres sempre foram alvo de violência física	-
Suíça	Estudo nacional, 1994/96 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	21% das mulheres sempre foram alvo de violência física	-
Inglaterra	Mirreles-Black e Byron, 2001 (cit. <i>in</i> Donovan, 2004) Norte de Londres, 1993 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	23% das mulheres relatam episódio de agressão física 30% das mulheres sempre foram alvo de violência física	-
Alemanha	Leembruggen-Kallberg, Rupprecht e Cadmus, 1999	1/3 das relações são caracterizadas como violentas	-
Islândia	Hauksdóttir e Getsdóttir, 2004	1.3% das mulheres relatam vitimização no último ano; 14% ao longo da vida	-
França	García, sem data	10% das mulheres são alvo de violência pelo menos uma vez na vida	-

Grécia	Stathopoulou, 1999 Antonopoulou, 1999	20% das mulheres são alvo de violência pelo menos uma vez na vida	Embora os homens acreditem que a igualdade já foi alcançada, consideram também que a exigência de igualdade por parte da mulher é que provoca a violência doméstica. Há uma cláusula de obediência no contrato de casamento – 90% das mulheres não a considera relevante, mas um terço dos homens exigem que se cumpra
Espanha	Ruiz-Pérez <i>et al.</i> , 2005	32% de vitimação feminina ao longo da vida; 14,3% de violência física e 30,8% de violência emocional atuais	A violência emocional existe independentemente do nível socioeconómico, mas o abuso físico e sexual são mais comuns nas mulheres com maior dependência económica. As mulheres com um estatuto mais elevado sentem que não têm de permanecer na relação abusiva se houver agressão.
Portugal	Machado, 2005  Lourenço, Lisboa e Pais, 1997	26,2% dos homens relatam pelo menos um ato de agressão; 21% das mulheres relatam vitimação (10,3% por agressão física e 20,8% por agressão emocional) – no último ano  6,7% das mulheres relatam violência física no último ano (maioria no contexto familiar)	As crenças (por exemplo, culpa da mulher, dever de satisfazer o marido, direitos desiguais, minimização da violência) veiculadas pelas vítimas que procuram ajuda contrastam como a reduzida admissão explícita, pela população em geral, de crenças legitimadoras da violência. Contexto cultural de mudança acelerado: coexistência de mitos e discursos legitimadores da violência com os discursos de reprovação e penalização da mesma.

## Bibliografia

- ABNEY, V. (2002), "Cultural competency in the field of child maltreatment", in J. Myers *et al.* (eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment*, Thousand Oaks, Sage, pp. 477-85.
- AMOAKOHENE, M. (2004), "Violence against woman in Ghana: A look at women's perceptions and review of policy and social responses". *Social Science & Medicine*, 59: 2.373-85.
- ANTONOPOULOU, C. (1999), "Domestic violence in Greece". *American Psychologist*, 54: 62-5.
- APAV. (s.d.), *Relatório Penélope sobre violência doméstica no Sul da Europa*. Lisboa, APAV.
- ARAI, M. (1999), "Japan", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 283-99.
- BARKER, G. & LOEWENSTEIN, I. (1997), "Where the boys are: attitudes related to masculinity, fatherhood, and violence toward women among low-income adolescent and young adult males in Rio de Janeiro, Brazil". *Youth & Society*, 29: 166-96.
- BOONZAIER, F. & DE LA REY, C. (2003), "'He's a man, and I'm a woman'. Cultural constructions of masculinity and femininity in South African women's narratives of violence". *Violence Against Women*, 9: 1.003-29.
- BREITING, V. B. *et al.* (1989), "Injuries due to deliberate violence in areas of Denmark. Violence against woman and children". *Forensic Science International*, 41: 285-94.
- BROWNRIDGE, D. (2002), "Cultural variation in male partner violence against women". *Violence Against Women*, 8: 87-115.
- CAMPBELL, J. (1999), "Sanctions and sanctuary: Wife battering within cultural contexts", in D. Counts, J. Brown & J. Campbell (eds.), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 261-85.
- CHAWLA, S. (1999), "India", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 265-79.
- CORTINA, L. (2001), "Assessing sexual harassment among Latinas: development of an instrument". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 7: 164-81.
- COUNTS, D.; BROWN, J.; & CAMPBELL, J. (eds.) (1999), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press.
- DALLOS, R.; & MCLAUGHLIN, E. (eds.) (1993), *Social problems and the family*, London, Sage Publications.
- DAWLA, A. (2000), "Reproductive rights of Egyptian woman: Issues for debate". *Reproductive Health Matters*, 8: 45-54.
- DIOP-SIDIBÉ, N.; CAMPBELL, J. & BECKER, S. (2006), "Domestic violence against women in Egypt – wife beating and health outcomes". *Social Science & Medicine*, 62 (5): 1260-77.

- DONOVAN, E. (2004), "England", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 33-50.
- EL-KHOURY, M. et al. (2004), "Ethnic differences in battered women's formal help-seeking strategies: a focus on health, mental health, and spirituality". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 10: 383-93.
- ELLSBERG, M. et al. (1999), "Domestic violence and emotional distress among Nicaraguan woman". *American Psychologist*, 54: 30-6.
- FASTENKO, A. & TIMOFEEVA, I. (1999), "Russia", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 111-29.
- FOURIE, R. (1999), "South Africa", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 245-61.
- GAGE, A. (2005), "Women's experience of intimate partner violence". *Social Science & Medicine*, 61: 343-64.
- GILLUM, T. (2002), "Exploring the link between stereotypic images and intimate partner violence in the African American Community". *Violence Against Women*, 8: 64-86.
- HAJ-YAHIA, M. (1999), "Wife abuse and its psychological consequences as revealed by the first Palestinian national survey on violence against women". *Journal of Family Psychology*, 13: 642-62.
- HAJ-YAHIA, M. (2001), "The incidence of witnessing interparental violence and some of its psychological consequences among Arab adolescents". *Child Abuse & Neglect*, 25 (7): 885-907.
- HAJ-YAHIA, M. (2002), "The impact of wife abuse on marital relations as revealed by the second Palestinian national survey on violence against women". *Journal of Family Psychology*, 16, 3: 273-285.
- HALL, G.; SUE, S.; NARAG, D. & LILLY, R. (2000), "Culture-specific models of men's sexual aggression: intra- and interpersonal determinants". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 6: 252-67.
- HALL, G. et al. (2005), "Ethnicity, culture, and sexual aggression: risk and protective factors". *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73: 830-40.
- HAUKSDÓTTIR, A. & GESTSDÓTTIR, S. (2004), "Iceland", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 17-32.
- HAUTZINGER, S. (2003), "Researching men's violence – personal reflections on ethnographic data". *Men and Masculinities*, 6: 93-106.
- HEGLAND, M. (1999), "Wife abuse and the political system: a middle eastern case study", in D. Counts, J. Brown & J. Campbell (eds.), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 234-51.
- HORNE, S. (1999), "Domestic violence in Russia". *American Psychologist*, 54 (1): 55-61.

- HOU, W.; WANG, H. & CHUNG, H. (2004), "Domestic violence against women in Taiwan: Their life-threatening situations, post-traumatic responses, and psycho-physiological symptoms". *International Journal of Nursing Studies*, 42 (6): 629-636.
- JANG, M. & KIM, M. (1999), "Korea", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 301-19.
- JEWKES, R., LEVIN, J. & PENN-KEKANA, L. (2002), "Risk factors for domestic violence: Findings from South African cross-sectional study". *Social Science & Medicine*, 55: 1.603-17.
- KASTIRIRANGAN, A.; KRISHNAN, S. & RIGER, S. (2004), "The impact of culture and minority status on women's experience of domestic violence". *Trauma, Violence & Abuse*, 5: 318-32.
- KIM, I. & ZANE, N. (2004), "Ethnic and cultural variations in anger regulation and attachment patterns among Korean American and European American male batterers". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 10: 151-69.
- KOZU, J. (1999), "Domestic violence in Japan". *American Psychologist*, 54: 50-5.
- KWIATKOWSKA, A. (1998), "Gender stereotypes and beliefs about family violence in Poland", in R. Klein (Ed.), *Multidisciplinary perspectives on family violence*, London, Routledge, pp. 129-52.
- LEEMBRUGGEN-KALLBERG, E., RUPPRECHT, S. & CADMUS, D. (1999). "Germany", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 89-107.
- LEVESQUE, R. (2001), *Culture and family violence*. Washington, APA.
- LEVINSON, D. (1989), *Family violence in cross-cultural perspective*. Newbury Park, Sage.
- Liu, H. (1999), "Taiwan", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 321-37.
- MACHADO, C. (2005), "Violência nas famílias portuguesas. Um estudo representativo na região Norte". *Psychologica*, 39: 173-94.
- MACHADO, C. & DIAS, A. R. (2007). "Abordajes inter-culturales de la violencia familiar: teoría y investigación", in R. Arce, F. Fariña, E. Alfaro, C. Civera & F. Tortosa (eds.), *Psicología jurídica, violencia y víctimas*, Diputació de València, Colección Psicología y Ley n. 4, pp. 93-102.
- MALLEY-MORRISON, K. & HINES, D. (2004), *Family violence in a cultural perspective*. Thousand Oaks, Sage.
- MARKOWITZ, F. E. (2001), "Attitudes and family violence: linking intergenerational and cultural theories". *Journal of Family Violence*, 16: 205-18.
- MATOS, M. (2000), *Violência conjugal: o processo de construção da identidade da mulher*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

- MCWHIRTER, P. (1999), "Domestic violence in Chile". *American Psychologist*, 54: 37-40.
- MEHROTRA, M. (1999), "The social construction of wife abuse – experiences of Asian women in the United States". *Violence Against Women*, 5: 619-40.
- MENJÍVAR, C. & SALCIDO, O. (2002), "Immigrant women and domestic violence – common experiences in different countries". *Gender & Society*, 16: 898-920.
- MILLER, B. (1999), "Wife beating in India: Variations on a theme", in D. Counts, J. Brown & J. Campbell (eds.), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 203-15.
- MORAES, C. & REICHENHEIM, M. (2002), "Domestic violence during pregnancy in Rio de Janeiro, Brazil". *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 79: 269-77.
- NAYAK, M. *et al.* (2003), "Attitudes toward violence against women: a cross-nation study". *Sex Roles*, 49: 333-42.
- NAZNEEN, R. (1998), "Violence in Bangladesh", in S. French, W. Teays & L. Purdy (eds.), *Violence against women*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 77-91.
- NOLIDO, N. (2004), "The Philippines", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 339-60.
- OFEI-ABOAGYE, R. (1994), "Domestic violence in Ghana: Some initial questions", in M. Fineman & R. Mykitiuk (eds.), *The public nature of private violence*, New York, Routledge, pp. 260-84.
- PAGOVICH, O. (2004), "Israel", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 187-204.
- PALLITTO, C. & O'CAMPO, P. (2005), "Community level effects of gender inequality on intimate partner violence and unintended pregnancy in Colombia: Testing the feminist perspective". *Social Science & Medicine*, 60: 2.205-16.
- RAO, V. (1997), "Wife-beating in rural South India: a qualitative and econometric analysis". *Social Science & Medicine*, 44: 1.169-80.
- RUÍZ-PÉREZ, I. *et al.* (2005), "Sociodemographic associations of physical, emotional, and sexual intimate partner violence in Spanish woman". *Annals of Epidemiology*, 16 (5): 357-363.
- SARAGA, E. (1996), "Dangerous places: the family as a site of crime", in J. Muncie & E. McLaughlin (eds.), *The problem of crime*, London, Sage, pp. 183-226.
- STATHOPOULOU, G. (1999), "Greece", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 131-49.
- TANG, C., WONG, D. & CHEUNG, F. (2002), "Social construction of women as legitimate victims of violence in Chinese societies". *Violence Against Women*, 8: 968-96.
- UNFPA (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO). (2004), *A situação da população mundial 2004. O consenso do Cairo dez anos depois: População, saúde reprodutiva e esforços mundiais para acabar com a pobreza*. Nova York, UNFPA.

VANDELLO, J. & COHEN, D. (2003), "Male honor and female fidelity: implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence". *Journal of Personality and Social Psychology*, 84: 997-1.010.

WALKER, L. (1999), "Psychology and domestic violence around the world". *American Psychologist*, 54: 21-9.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002). *World report on violence and health*. Geneva, WHO Publications.

YALÇINKAYA, A. (1999), "Turkey", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 151-63.

YOSHIOKA, M.; DINOIA, J. & ULLAH, K. (2001), "Attitudes toward marital violence. An examination of four Asian communities". *Violence Against Women*, 7: 900-26.

ZAKIROVA, V. (2005), "War against the family: Domestic violence and human rights in Russia – a view from the Bashkortostan Republic". *Current Sociology*, 53: 75-91.

• *Artigo recebido em nov/2006*

• *Aprovado em dez/2007*

## Resumo

### *Cultura e violência familiar: uma revisão crítica da literatura*

Este artigo apresenta uma revisão crítica da investigação sobre a dimensão cultural da violência conjugal, e baseia-se numa pesquisa sistemática nas revistas publicadas entre 1985 e 2005 nas bases de dados *PsycARTICLES*, *PsycINFO1887*, *Sociology: A SAGE Full-Text Collection*, *EBSCO-HOST: Research Databases* e *IBSS – International Bibliography of the Social Science*, para além da análise de livros e monografias publicadas neste mesmo período. Assim foram identificadas as três principais linhas de investigação: estudos antropológicos, estudos interétnicos e estudos interculturais. Discute-se a variabilidade das definições de maltrato encontradas e as dificuldades de operacionalização desse fenómeno, responsáveis pela impossibilidade de aceder a números seguros de prevalência e a reais estudos comparativos. Não obstante essa dificuldade, constata-se a ampla disseminação da violência contra as mulheres em todas as sociedades estudadas, assim como a generalização das desigualdades sociais na distribuição do poder e dos recursos e das concepções hierárquicas da vida familiar. A violência contra a mulher parece, contudo, ser menor nos países mais pacificados e onde o estatuto das mulheres é superior.

**Palavras-chave:** Violência conjugal; Cultura; Prevalência; Atitudes.

## **Abstract**

### *Culture and family violence: a critical review of the literature*

This paper presents a critical review of the published research on the cultural dimensions of marital violence. This review is based on a systematic research on the journals, books, and monographs published between 1985 e 2005. This literature review conducted to the identification of three main strategies of research on the cultural dimension of marital violence: anthropological studies, inter-ethnic studies and inter-cultural studies. The variability of the definitions of violence found is discussed, as well as the difficulties concerning the identification of objective prevalence data and real comparative studies. Despite these difficulties, results point to the wide dissemination of violence against women in all the societies studied, as well as to the existence of major social inequalities in the distribution of power and resources, along with hierarchical conceptions of family life. Violence against women does seem, however, to be less extensive in pacified countries and in those where the social status of women is higher.

**Keywords:** Marital violence; Culture; Prevalence; Attitudes.

## **Résumé**

### *Culture et violence familiale: une révision critique de la littérature*

Cet article présente une révision critique des recherches à propos de la dimension culturelle de la violence conjugale. Cette révision se base sur une recherche systématique dans les revues publiées entre 1985 et 2005 sur la base de données *PsycARTICLES*, *PsycINFO1887*, *Sociology: A SAGE Full-Text Collection*, *EBSCO-HOST: Research Databases* et *IBSS – International Bibliography of the Social Science* ainsi que sur les livres et monographies publiés au cours de cette même période. Ainsi, les trois principales lignes de recherche ont été identifiées : études anthropologiques, études inter-ethniques et études interculturelles. Les auteurs analysent la variabilité des définitions de maltraitance qui ont été identifiées ainsi que les difficultés de mise en place de ce phénomène, responsables de l'impossibilité d'accéder à des chiffres corrects de la suprématie et à de vraies études comparatives. Malgré cette difficulté, les auteurs constatent une ample dissémination de la violence contre les femmes dans toutes les sociétés étudiées, ainsi que la généralisation des inégalités sociales dans la distribution du pouvoir et des ressources et dans les conceptions hiérarchiques de la vie familiale. La violence contre la femme semble, néanmoins, être inférieure dans les pays davantage pacifiés et où le statut des femmes est supérieur.

**Mots-clés:** Violence conjugale; Culture; Suprématie; Attitudes.